

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N° DE 2023.

(Do Sr. Reimont)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater **a necessidade de estruturação da carreira dos servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI**.

Senhor Presidente:

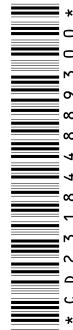
Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater **a necessidade de estruturação da carreira dos servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI**.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados:

- Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)
- Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (SINDSEP-DF)
- Representante da associação Indigenistas Associados (INA)
- Representante da associação Associação Nacional dos Servidores da Funai (ANSEF)

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental que esta Comissão tenha oportunidade de debater a necessidade de estruturação da carreira dos servidores públicos da FUNAI, essenciais para a condução da política indigenista no país, agora valorizada pela novo governo através da criação do Ministério dos Povos Indígenas.



Como é sabido, a questão indígena e indigenista tem sido amplamente debatida nacional e internacionalmente, se mostrando estratégica para a pavimentação de um caminho mais inclusivo e justo para o país, com apoio público e liderança do Presidente Lula no enfrentamento a esses desafios, sobretudo na questão Yanomami.

Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A Funai também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a Funai promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à segurança social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

Não obstante a extensa lista de atribuições, desenvolvidas em todo o território nacional, atualmente, a Funai opera com apenas 1.353 servidores efetivos e possui 1820 cargos vagos. Isso representa que o órgão realiza sua missão com apenas 46% dos cargos ocupados e, destes, aproximadamente 33% já possuem idade para requisitar aposentadoria, o que pode inviabilizar a continuidade da execução das políticas indigenistas, sobretudo em áreas mais isoladas da Amazônia Legal.

O Plano de Carreira da Funai é fundamental para buscar solução para a carência crônica de servidores na autarquia, o que se deve à altíssima evasão, especialmente dos novos concursados, em razão, sobretudo, da falta de incentivos à qualificação, às condições de trabalho adversas, a sobrecarga de trabalho e à baixa remuneração, em comparação com os demais órgãos do Poder Executivo Federal que exercem atribuições semelhantes, como IBAMA e ICMBio.

A estruturação de uma carreira é fundamental para dar identidade, uniformizar procedimentos de trabalho e profissionalizar o indigenismo de Estado, para evitar que servidores sigam atomizados nas pontas em situação de grande risco pessoal, e para evitar a permanência de uma situação de inferioridade dos servidores e da própria instituição



indigenista nas diversas ocasiões de negociação sobre os direitos dos povos indígenas, a exemplo de negociações com empreendedores responsáveis por obras que impactam terras de povos originários.

O plano de carreira da Funai é discutido no âmbito da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) desde o ano de 2004. No ano de 2018, a proposta foi atualizada em um Grupo de Trabalho institucional da Funai, acompanhado pelas entidades de classe nacionais (CONDSEF, INA e ANSEF), e encaminhado para análise do então Ministério da Justiça e Segurança Pública (onde a Funai encontrava-se vinculada) e, posteriormente, do Ministério da Economia.

A gestão do governo anterior no ME devolveu a proposta sem análise à Funai em duas ocasiões, embora alertada dos riscos de paralisação de atividades por falta de condições de trabalho adequadas, número insuficiente de servidores e índice de evasões.

No ano passado, no decorrer do processo de greve e mobilização de servidores, iniciado em resistência ao desmonte da política indigenista, ao assédio moral institucionalizado e, sobretudo, para dar uma resposta ao assassinato dos indigenistas Bruno, Dom e Maxciel, as entidades sindicais e associações conseguiram iniciar um processo de negociação setorial com a Funai, ainda na antiga gestão, para tratar de alguns temas trabalhistas.

As condições de trabalho extremamente precárias, aliadas à baixa remuneração, à falta de incentivos à qualificação profissional e à falta de compensação a situações de trabalho adversas, em locais remotos e de difícil acesso, gera um quadro de enfraquecimento crônico da força de trabalho da Funai, com um índice de evasão altíssimo, sobretudo dos servidores recém concursados.

Portanto, o Plano de Carreira do órgão é uma demanda estruturante prioritária para a política indigenista de Estado. Neste sentido, sugerimos o amplo debate do tema a partir da realização de audiência pública, com oitiva dos especialistas indicados, que tem amplo conhecimento a respeito dos diversos assuntos ora elencados.

As oitivas dos convidados aqui sugeridos têm por finalidade melhor conhecer o diagnóstico atual da situação, das necessidades do setor, de maneira a debater a questão e apontar caminhos que garantam a sustentabilidade dessa entidade, que tem a nobre função estatal de promover o direito dos povos originários deste país, contribuindo para o entendimento da situação a ser enfrentada para a concretização das políticas públicas.



Por essas razões, apresentamos o presente Requerimento, entendendo que o tema é de fundamental colaboração para o bom desempenho parlamentar nas áreas fins desta Comissão, confiantes no apoio dos demais integrantes para sua aprovação

Brasília, 30 de março de 2023.

Dep. Reimont

PT/



* C D 2 3 1 8 4 4 8 8 9 3 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231844889300>



Requerimento (Do Sr. Reimont)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater a necessidade de estruturação da carreira dos servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.

Assinaram eletronicamente o documento CD231844889300, nesta ordem:

- 1 Dep. Reimont (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Carol Dartora (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Erika Kokay (PT/DF) - Fdr PT-PCdoB-PV

